

Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

ATA

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RONDÔNIA - CEAS/RO ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2020

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19); Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a qual determina procedimentos para o enfrentamento de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo Coronavírus; Considerando o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; Considerando a determinação contida no § 5º, Artigo 3º, do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, em que os órgãos públicos devem manter mecanismos que viabilizem a tomada de decisões, inclusive as colegiadas; Considerando os reflexos da pandemia sobre o funcionamento dos órgãos públicos, com a alteração das respectivas rotinas administrativas e restrições de acesso dos servidores a seus locais de trabalho; Considerando o disposto no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, em especial ao contido no Art. 3º, §1º, II. **O Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia - CEAS/RO** resolve realizar aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte às 09h00mim, por meio de videoconferência Google Meet, a **1ª Reunião Ordinária do CEAS/RO do exercício 2020**, conduzida pelo Conselheiro presidente **Carlos Henrique Gomes/CRESS-23ªR**, e contou com a participação dos/as seguintes conselheiros/as, **Alessandra Cristina da Silva Pishigami - Suplente (representante da SEJUS)**, **Ângela Maria Gomes Pinheiro - Suplente (representante do CRESS)**, **Belzira Shockness Simoa - Suplente (representante da OAB)**, **Ana Karla da Silva Feitoza Santos - Suplente (representante CRP)**, **Elani da Roca Lopes - Titular (representante PESTALOZZI)**, **Júlio Cesar Rodrigues Ugalde - Suplente (representante SESDEC)**, **Liana Silva de Almeida Lima - Suplente (representante SEAS)**, **José Carlos da Silva Elias - Suplente (representante CMAS)**, **Raimundo de Almeida Queiroz - Titular (representante FEUSUAS)**, Denise de Oliveira Chaves representando a SEPOG, além do diretor DIRT-SEAS, Bruno Afonso, da Coordenadora de Assistência Social Fabiane Passarine, Nálei Sobrinho Gerente de Gestão do SUAS (SEAS), Railane Marinho - CAS-SEAS, da secretaria executiva Marines Maciel Paixão Silva e da estagiária Letícia Milla Silva Nascimento. Onde os Conselheiros deliberaram sobre a seguinte **PAUTA: 1. Informe sobre o andamento dos preparativos para a realização do Fórum Estadual de Assistência Social (Comissão Eleitoral); 2. Ofício nº 3379/2020/SEAS-GSUAS encaminha para**

apreciação e deliberação: a) Portaria 109/20, Art.30 da LOAS - paridade dos CMAS (SEAS); b) Relatório do Pacto Aprimoramento 2019 (SEAS); c) Relatório de Gestão 2019 (SEAS); 3. Ofício nº 3313/2020/SEAS-GSUAS solicita os seguintes encaminhamentos: Informações do diagnóstico/indicadores/metasp alcançadas referente as Conferências Estadual e Municipais; Ações desenvolvidas juntos aos Conselhos Municipais no período de 2016 a 2019; Composição do Conselho Estadual da Assistência Social. Objetivo: subsidiar o Plano de Assistência Social de 2020 - 2023, conforme as metas e pactuações estabelecidas no pacto de aprimoramento. 4. Relato da Reunião Trimestral do CNAS (Conselheira Ângela Pinheiro); 5. Outros Informes: Breve relato da atuação da Secretaria Executiva; E-mail do CMAS de Pimenta Bueno solicitando capacitação para Conselheiros; Ofício 141 SEMTAS Guajará Mirim solicitando orientação e, FONACEAS. Dando início a reunião o Presidente Carlos Henrique fez a chamada aos presentes e constatou-se a presença até aquele momento de três conselheiros governamentais SEAS, SESDEC e SEJUS e quatro conselheiros não governamentais. Em seguida a Senhora Denise de Oliveira se apresentou enquanto representante da SEPOG, visto que Beatriz Basílio e Rayson da Silva, ambos conselheiros nomeados não estiveram presentes devido a outros compromissos. Em ato contínuo registrou-se as seguintes falas: Presidente Carlos Henrique: Eu agradeço sua presença só que como eles são oficialmente os conselheiros, você fica na condição de ouvinte porque não recebemos ofício, então a senhora fica como ouvinte e tem direito a voz, seja muito bem vinda. Primeiramente eu gostaria de agradecer aos conselheiros por estarem aqui nesta reunião, que seria a reunião ordinária do dia 30 do mês anterior, mas por questão de dinâmica, eu também passei um tempo afastado por questões médicas e estava querendo fazer uma reunião onde a gente pudesse contemplar a maioria das pautas, inclusive até da demanda que fosse encaminhada pela SEAS, e hoje estamos conseguindo juntar e fazer essa reunião ordinária que é referente ao mês de setembro, correto (consultou a secretária executiva Marines Maciel que fez a confirmação positiva). Sendo assim vamos começar nossa pauta: **01) INFORMES:** Não foi apresentado nenhum informe. **02) 1. INFORME SOBRE O ANDAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA A REALIZAÇÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (COMISSÃO ELEITORAL);** - Carlos Henrique - eu gostaria que alguém da Comissão Eleitoral falasse como que está o andamento e o trabalho, um relato de experiência, por favor. Com a fala a Conselheira Liana: bom dia, nós já caminhamos bastante e vou pedir para o Dr. Bruno fazer a fala. Diretor Técnico da SEAS Bruno Afonso: O que ocorre, eu estava até a pouco conversando com a Marines por um equívoco o edital acabou sendo disponibilizado para outra unidade e não para mim, então acabei não avaliando e eu tenho diversos processos, diversas coisas e acabei não vendo o que está no meu bloco de assinatura por isso acabei não avaliando, mas acredito que hoje ainda eu consiga avaliar as alterações que foram postas com relação principalmente às datas. Só explicando porque eu ainda não cheguei a analisar o processo. Presidente Carlos Henrique: para constar em ATA, nós vamos ter uma definição até o final do dia de hoje, seria isso Bruno? Diretor Bruno: Provavelmente já para assinatura e colocação para publicação. Eu vou ainda avaliar as datas, adequar e lançar, acho que até meio dia, se não me engano ele sai publicado na segunda-feira. Secretária Marines: falou que aparecia para ela a disponibilização do bloco para SEAS-DIRT, que iria cancelar e fazer o reencaminhamento. Diretor Bruno Afonso: explicou que a SEAS passou por reestruturação do SEI, todas as unidades do bloco tiveram que ser

refeitos. Presidente Carlos Henrique: Algum conselheiro quer fazer alguma colocação, algum questionamento com relação a essa pauta? (não houveram manifestações) Passemos adiante. **03) 2. OFÍCIO Nº 3379/2020/SEAS-GSUAS ENCAMINHA PARA APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO:** A) PORTARIA 109/20, ART.30 DA LOAS - PARIDADE DOS CMAS (SEAS); Fabiane apresentou-se ao colegiado e passou a palavra para a gerente Nalei (Gestão do SUAS) que informa que a portaria trata da paridade dos conselhos, 8 Municípios do Estado de Rondônia estão com as informações pendentes, citou os Municípios que não estão paritário: município de Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Campo Novo de Rondônia, Castanheira, Cujubim, Nova União, São Francisco do Guaporé e Urupá, eles estão irregulares com relação a portaria 109 no art. 30 da LOAS no quesito da paridade, informa que solicitou a Lei e o Regimento Interno do Municípios e foi verificado que os Municípios não estão paritários. As assessorias regionais estão realizando incidências junto ao Municípios para evitar que eles não sofram punição com relação aos recursos federais. Pede que o CEAS realize incidência junto aos Municípios para reforçar a situação. Salienta ainda que as Leis de criação dos CMAS estão muito desatualizadas e que tem Lei que diverge do regimento. Fabiane alude que os Municípios já foram informados sobre a atualização de sua legislação e que mesmo assim não se atentaram, solicita que o CEAS faça um expediente junto ao CNAS para solicitar prorrogação do prazo. Presidente Carlos Henrique: Eu entendi, só tenho dúvida com a questão... quando você fala dessa questão de regularidade, mas vocês fizeram o levantamento, isso foi até questão de conferência que existe a dificuldade de composição, uma dificuldade da formação dos conselhos, porque tem municípios que tem pouquíssimas entidades não governamentais aí a representação do usuário do SUAS não é muito trabalhado em CRAS ou CREAS, então minha dúvida é quando pegarem essa lei dos conselhos tem realmente uma vaga para essas representações ou fizeram a partir da realidade daquilo que tem no município? Coordenadora Fabiane: Só para complementar, a portaria 109 é do início do ano, então os municípios já foram informados, eles têm ciência da necessidade de fazer atualização normativa nos conselhos municipais de assistência. Muitos não deram atenção, a gente tem feito esse diálogo com os municípios já faz um tempo, tem intensificado com eles a observância da portaria 109 e muito não deram atenção. O que se procede agora é que o Ministério ele avaliou o quesito normativo, se atingiu a legislação municipal, ele não avaliou se realmente o conselho está funcionando de fato ou se as nomeações que já foram executadas estão de representatividade dessa categoria, então eles não avaliaram isso, eles só avaliaram o normativo, a lei fria, se a lei diz que existe representação ótimo, se diz que não existe vai sofrer sanção. Eu acredito pessoalmente que esses oito municípios, embora, no início o Ministério identificou que eram quinze porque eles não responderam o censo SUAS então automaticamente eram quinze, como nós solicitamos para o cofinanciamento estadual a obrigatoriedade de ter o conselho formalizado e nós exigimos a legislação municipal, nós em uma análise interna verificamos essa questão que dos quinze apenas oito está em desconformidade com a legislação, eu acredito que os municípios, aqueles que não fizeram até agora não vão fazer isso até o dia 31. Os municípios estão em processo eleitoral, as câmaras municipais também não estão atuando com pautas, eu acredito que não seja possível fazer, então a gente gostaria de pedir até incentivo do conselho estadual, de repente se vocês tiverem condições de fazer algum expediente junto ao conselho nacional para saber se o Ministério vai conceder mais alguma carência para os municípios ou se já vai começar a efetuar os bloqueios. A gente não tem esse feedback ainda do Ministério, mas pode ser que eles sofram sanção logo em seguida deste ano para o ano que vem, mas é só para que eles tenham ciência e vocês também sobre

esses oito municípios que serão penalizados. Com relação a esse ponto de pauta a gente já superou, algum conselheiro quer fazer alguma consideração alguma pergunta? Então passemos para o nosso ponto de pauta. **B) RELATÓRIO DO PACTO APRIMORAMENTO 2019 (SEAS):** Fabiane dá início explanando o PACTO, o pacto de aprimoramento. O pacto de aprimoramento do sistema único da assistência Social já vem há alguns anos, esse último agora ele era quadrienal 2016-2019, ele é um pacto que foi formalizado pelo conselho nacional de assistência social juntamente com as deliberações e encaminhamentos da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) citou que repassará as metas alcançadas e as não alcançadas, iniciou a apresentação: informando que no item 1-A a Fabiane não atingiu a meta porque o Estado de Rondônia não possui demanda reprimida e que não é viável instalar unidades regionalizada no eixo da BR, visto que o Estado possui uma grande extensão. Cita que o Estado não tem parâmetros para instalação de um CREAS, 02 Municípios apresentaram a proposta de implantação do CREAS para posteriormente pactuar o cofinanciamento diferenciado. O Estado está cofinanciando 51 Municípios (benefícios eventuais, serviços da atenção básica e especial), exceto o Município do Vale do Anari. O Estado tem 31 Municípios que não possuem a Lei do SUAS, foi enviado ofício circular comunicando aos Municípios da necessidade, pede que o CEAS auxiliem no sentido de incentivar os Municípios a colaborarem. Com relação a meta do cofinanciamento dos benefícios eventuais é necessário que os Municípios instituem suas Leis para poder regulamentar o cofinanciamento. Na prioridade II, 1 informa que está em andamento a composição da equipe de vigilância. O Município de Porto Velho continua sem apresentar o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL no último quadriênio. Está realizando um estudo de um núcleo de educação permanente, para posterior implantação, mas até o momento não foi concretizado, sugeriu a implantação de um fórum de trabalhadores e para isso é necessário estreitar o diálogo com a categoria. Está tentando a contratação da IEL para realizar a capacitação permanente do SUAS. O Presidente Carlos Henrique pontua que se a SEAS cita tem dificuldade de realizar suas ações por conta de recursos humanos, o CEAS também tem suas dificuldades, visto que sua secretária executiva atende a vários conselhos, os conselheiros não têm recursos digitais como outras situações. O presidente colocou para votação e todos aprovaram o relatório, exceto a conselheira Ângela que indagou que duas metas postas como atingidas não estariam de fato, ou seja, foi pontuado que estaria parcialmente atingida. Visto que no ano de 2020 o CEAS até o momento, não participou das reuniões da CIB e os recursos disponibilizados ao CEAS no valor de 280.000,00 não era suficiente para custear todas as ações programadas pelo conselho. Presidente Carlos Henrique: então eu vou botar em votação agora, aqueles que aprovam fiquem em silêncio. plano aprovado, vamos para a próxima pauta. **C) RELATÓRIO DE GESTÃO 2019 (SEAS):** Coordenadora Fabiane: A Railane vai apresentar o relatório de gestão, a gente fez as análises aqui para poder passar para vocês, e assim, antes dela começar a gente quer enquanto gestão pedir desculpa para vocês, por estar apresentando ele só agora praticamente no final do ano, a nossa prática é sempre apresentar ele até março, porém, essa questão da pandemia a gente teve dificuldade de reunir, de estar fazendo a construção dos dados, fazendo toda a parte burocrática e a gente acabou conseguindo juntar todas as informações e finalizar ele agora faz pouco tempo. Isso não é uma coisa que a gente quer deixar usual porque a gente não pode esperar tanto tempo para vocês aprovarem o relatório do exercício anterior, não é comum mas esse ano foi um ano atípico, para o ano que vem a gente já está se organizando inclusive a gente já tem umas prévias do primeiro e segundo quadrimestre para poder quando chegar em dezembro a gente finalizar e conseguir apresentar o de 2020 logo no início de

fevereiro, no máximo mês de março. Presidente Carlos Henrique: Eu queria Railane se você pudesse ser bem objetiva. Railane Marinho: meu objetivo hoje é apresentar o relatório da gestão referente ao ano de 2019 relacionada às ações desenvolvidas, nessa primeira ação nós tivemos as tratativas relacionadas ao BPC, ao serviço de fortalecimento de vínculos considerando também que foi identificada uma demanda dos municípios e o estado acabou levando, foi realizada uma reunião com a Secretaria Nacional de Assistência Social onde foi tratada as tratativas da CIT então justamente pautando as questões do sistema onde foram identificado esse desafio dos municípios de realimentar os sistemas, e um dos resultado obtidos foi o aprimoramento. Na ação 3 relacionado à CIB na GESUAS nós tínhamos como objetivo estabelecer esse espaço de articulação entre gestor municipal e estadual e ela foi realizada em Porto Velho, Vilhena e Ji-Paraná, importante destacar que esse relatório está pautado de acordo com o decorrente do plano de 2019, essa meta foi alcançada parcialmente uma vez que a gente não conseguiu realizar uma das reuniões descentralizadas. A ação 4 do capacita SUAS, a gente teve como objetivo garantir oferta de formação e capacitação permanente para profissionais do SUAS e tinha como meta atingir 530 trabalhadores do SUAS, no entanto essa meta não foi alcançada tendo em vista que nós não conseguimos implementar, ele se encontra em processo licitatório atualmente 2020. No eixo II da proteção social básica onde uma das ações era o Programa de Promoção ao Acesso ao Mundo de Trabalho , onde conseguimos ter a adesão de oito municípios sendo eles Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho, Santa Luzia e Vilhena, então essa ação foi alcançada e a meta era conseguir novos municípios que fizesse adesão. Na próxima ação que é oficina de integração Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Programa Criança Feliz - PCF, essa ação não foi possível de ser realizada, não foi possível alcançar considerando que estava previsto realizar pós outubro e nesse período ocorreu o decreto 24.367 que tem a tratativa do contingenciamento dos gastos. Na ação 9 foi a oficina de trabalho com Povos e Comunidades Tradicionais na Proteção Social Básica que ocorreu no período de agosto na cidade de Ji-Paraná, cabe dizer que no plano de ação estava prevista com oficina, mas em decorrência de algumas outras demandas e uma análise em parceria com os direitos humanos buscou-se fomentar em um novo modus operandi então houve um segundo encontro estadual sobre a política de comunidades remanescentes, então a meta era atingir 130 participantes e conseguimos atingir essa meta. No eixo 3 a gente aborda ações relacionadas a proteção social especial onde nessa ação 10 foi fomentado a campanha de sensibilização relacionado ao trabalho infantil no agronegócio,. Na ação 11, estava previsto a sensibilização, monitoramento, assessoramento nos 52 municípios e/ou com incidência de trabalho infantil ou não, e aqui cabe dizer que a gente conseguiu assessorar dezenove equipamento do CREAS e essa meta foi parcialmente atingida porque não conseguimos fazer o assessoramento dos cinquenta e dois municípios para identificar a incidência do trabalho infantil. Já na ação 12 são ações estratégicas do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil que tinha como objetivo realizar o assessoramento aos dez municípios que são cofinanciados e o resultado obtido dessa ação foi alcançada. Na próxima ação que ainda é voltado para o trabalho infantil na campanha de mobilização do combate mundial ao trabalho infantil, a meta não foi alcançada uma vez que por motivo da morosidade da suplementação orçamentária e uma dificuldade de reorganizar a agenda. A ação 15 foi de aquisição de Material Permanente que estava cotado para ser uma caminhonete, nós conseguimos alcançar essa meta. Em relação a essa próxima ação que é voltado para a Casa do Acião tínhamos como meta aquisição de utensílios de cozinha e é importante destacar que nessa tabela o

valor inicial previsto de 22 mil, contudo o valor final foi de R\$ 13.428 tendo em vista que algumas empresas devido a demora do processo, algumas empresas desistiram e alguns materiais ficaram mais baratos. No eixo 4 que são programas e serviços especiais, esses programas especiais estão dentro da gerência da proteção social básica. O quantitativo de meta dos municípios que fizeram adesão ao programa era de acompanhar e atender crianças e a família, 4.300 pessoas, mas diante de algumas situações onde a gente consegue visualizar que tem dez municípios bloqueados e sete em fase de implantação, e apenas treze estão com status de execução a nossa meta acabou caindo para 1.600, contudo conseguimos fazer o acompanhamento de 1.203 famílias, ou seja, 75% da meta. Nessa próxima ação do seminário da primeira infância não foi possível de ser realizada em decorrência do decreto 24.367 que trata do contingenciamento de gasto. Nessa próxima ação está relacionado a capacitação de supervisores e visitantes - módulo I, onde ocorreu essa capacitação em Alta Floresta, Porto Velho e Ministro Andreza. No módulo II ainda relacionado a capacitação dos supervisores e visitantes no Método Cuidados para o Desenvolvimento da Criança - CDC ele ocorreu apenas em Alta Floresta e Porto Velho. Com relação a essa próxima ação dos programas especiais tínhamos como meta participar de reuniões voltado a primeira infância que ocorreu no dia 12 a 13 de março de 2019 em Brasília. A nossa próxima ação estava cotado realizar a 1ª Reunião de Coordenadores Estaduais do Programa Criança Feliz que foi realizado no dia 14 e 15 de Março de 2019 em Brasília com os coordenadores estaduais, então essa meta foi alcançada. A próxima ação foi a realização da 2ª Reunião que ocorreu em Fortaleza, com o objetivo de avaliar os resultados conquistados nesses primeiros meses do ano, traçar estratégias de atuação para o Programa Criança Feliz, os resultados foram a construção de instrumentais para balizar a gestão e monitoramento do programa. Nessa ação estava previsto para o decorrer do ano de 2019 a realização de duas reuniões de supervisores municipais, contudo essa ação só iria acontecer caso houvesse uma demanda solicitada pelos municípios, considerando que não houve a necessidade e os municípios não convocaram, essa ação não foi realizada. Com relação a essa próxima ação que foi a Aquisição de Material Permanente - Caminhonete/Notebook, a gente consegue visualizar uma previsão orçamentária no valor de R\$ 75.000,00, mas ao fazer a licitação a gente consegue visualizar que o material permanente relacionado a caminhonete ela acabou sendo superior e nós conseguimos esse material relacionado a caminhonete, quanto ao notebook não conseguimos atingir ficando para o ano de 2020. Com relação à ação 30 que é a capacitação para instrutores de formulários do Cadastro Único, ela foi realiza em Brasília entre o dia 26/05 a 31/05/2019 tendo como público-alvo Técnicos da Assistência Social nível Estadual "SEAS", tendo como objetivo a formação de instrutores de Formulários do Cadastro Único uma vez que há essa dificuldade de os técnicos se apropriarem e conhecer esses instrumentos, Nessa próxima ação que é relacionada a capacitação de operadores do sistema Cadastro Único V7 nós tínhamos como calendário a divisão de 3 turmas e essa capacitação desse sistema visa a identificação e caracterização dos segmentos mais vulneráveis, nós tínhamos como meta alcançar os 22 municípios tendo como público alvo 75 Entrevistadores e operadores municipais do CadÚnico, o resultado foi a participação e formação de 58 entrevistadores e operadores municipais do CadÚnico, porém, essa meta não foi alcançada totalmente. Cada turma deveria ter 25 participantes, então nós não conseguimos alcançar, essa ação foi parceria com a Caixa Econômica. A ação 32 é relacionado a capacitação do Sistema de Benefícios Sociais - SIBEC esse sistema visa consultar os benefícios pelo estado e como que se encontra a situação dessa família, a meta era capacitar 50 entrevistadores e operadores do SUAS, na cidade de Porto Velho, sendo divididos

em 02 turmas, pontua-se também que esta capacitação é de acordo com o calendário sugerido pela CEF, nós não conseguimos alcançar essa meta tendo em vista que a plataforma estava passando por uma mudança no sistema. A próxima ação é a capacitação de gestão do Cadastro Único e Bolsa Família, ela não foi realizada pois só temos uma técnica de referência e diante das agendas tivemos dificuldade de realizar de modo a conciliar aos municípios participar também, então não conseguimos alcançar essa meta. Com relação a ação 33 que é a capacitação Sistema de Condicionais do Programa Bolsa Família (SICON), tinha como meta 100 participantes sendo 4 turmas de 25 cada, objetivo era capacitar os coordenadores municipais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, sendo o período do evento em setembro com a carga horária de 20h, Já na ação 34 é o encontro Estadual de Coordenadores Municipais do PBF na Educação, nós tínhamos como parceria a SEDUC onde visava promover a capacitação aos coordenadores e tendo como meta 60 participantes, infelizmente não viável de realizar essa ação uma vez que dependia da agenda da coordenadora e da técnica do MEC, então sendo remanejado para 2020. Capacitação do Sistema Bolsa Família na Saúde a gente consegue visualizar que os objetivos era Capacitar Coordenadores municipais, Operadores Municipais do Sistema de Gestão PBFS e técnicos Atenção Básica da GPES tendo como público alvo 60 Digitador, estava sendo previsto para o período de abril na cidade de Porto Velho conseguimos alcançar a meta, participaram 42 municípios e nossa meta foi de 51 operadores municipais. Já na ação 35 relacionado ao III. Seminário Intersectorial do Programa Bolsa Família não foi alcançada, nossa meta era atingir 320 técnicos, mas considerando que essa ação estava prevista pós-outubro acabou ocorrendo o decreto de contingenciamento. Na ação 36 foi a reunião de coordenadores municipais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família - CADÚNICO essa ação visava capacitar esses coordenadores municipais visando o fortalecimento da educação no PBF, tendo como meta 53 participantes e o local seria na cidade de Porto Velho, contudo, foi cancelado uma vez que essa ação estava relacionado com a necessidade de cada município de convocar e não foi identificada. Com relação a ação de Manutenção e abastecimento de veículos - Programa Bolsa Família nós não conseguimos alcançar também porque não foi passível de fazer a individualização do sistema frota. A ação de Estruturação da Política Socioassistencial - Aquisição de Material Permanente estava previsto a solicitação desses materiais (01 Microcomputador com capacidades para programas especiais; 02 Notebook, 02 Impressoras, 02 Leitores de códigos de barras, 02 microfones sem fios, 01 Caixa de som) e o processo atualmente se encontra em andamento, então de alguma forma remanejada para 2020. Com relação a ação da aquisição de material permanente do CONECTA SUAS tinha como objetivo a aquisição de equipamentos de videoconferência para atender as demandas técnicas do Programa Bolsa Família, Sistema Cadúnico e Proteção Social Básica, tendo como cronograma setembro/2019, essa ação também não foi alcançada. Com relação a ação 38 que é a capacitação das regionais SEAS tínhamos como objetivo capacitar os gerentes Regionais, essa ação foi alcançada considerando as oito regionais que estão divididas atualmente no estado de Rondônia. Na ação 39 foi feito a ação da tenda cidadã e SEAS CIDADÃ tendo como objetivo assegurar a ação intersectorialidade, foi realizado no Distrito de Extrema e Porto Velho, conseguimos realizar essa ação. Termina aqui e aguardo a suas colaborações. Presidente Carlos Henrique: Obrigado Railane pela sua apresentação. Algum conselheiro quer fazer alguma consideração do que foi apresentado? Em votação, aqueles que não tem nada a colocar ou se opor fica em silêncio para aprovação do relatório. Então, relatório aprovado. **04) 3. OFÍCIO Nº.3313 QUE SOLICITA OS SEGUINTE ENCAMINHAMENTOS:**

INFORMAÇÕES DO DIAGNÓSTICO/INDICADORES/METAS ALCANÇADAS REFERENTE ÀS CONFERÊNCIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS; AÇÕES DESENVOLVIDAS JUNTO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 2016 A 2019; COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. OBJETIVO : SUBSIDIAR O PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE 2020 - 2023, CONFORME AS METAS E PACTUAÇÕES ESTABELECIDAS NO PACTO DE APRIMORAMENTO:

A próxima pauta tem haver com o Acredito que hoje, segundo o documento expira o prazo para a entrega dessa requisição, então eu vou pedir a dilatação do prazo para a entrega desse documento porque primeiro nós estamos com uma secretária executiva e acredito que tenha que ser feito junto com alguns conselheiros para que possa estar subsidiando melhor esse relatório e a gente estar nesse momento pandêmico, então vou pedir a dilatação desse prazo até dia 26 de outubro para a gente poder estar sistematizando e fazendo o gráfico, para estar passando para a secretaria, tudo bem? Vamos encaminhar um documento à secretaria sobre a dilatação do prazo até o dia 26. Coordenadora Fabiane: Carlos, deixa só eu complementar é porque a gente tem até 31 de outubro para poder encaminhar o plano de assistência de 2020-2023, então o nosso do estado a gente já está fazendo uma revisão, a gente queria encaminhar para o conselho já com a parte do conselho junto, mas estamos achando que vamos ter que mandar a nossa parte separada da de vocês porque a gente precisa convocar uma extraordinária porque a gente precisa de uma resolução de aprovação, então para nós esperar até o dia 26 vai ficar bem apertado para a gente conseguir fazer a análise e plenária para o conselho aprovar. A gente também está a disposição na próxima semana, se você quiser eu posso ver com a Nálei para a gente fazer essa assessoria junto com vocês para estar construindo e a gente pode até demonstrar como está o nosso para vocês fazendo a análise e gente pode ir construindo junto também. Presidente Carlos Henrique: Então vou botar aqui para encaminhar até o dia 23 de outubro, pode ser? Coordenadora Fabiane: Pode ser, depois a gente consolida e nessa semana de 26 a 30 a gente agendar uma reunião se você quiser para a gente fazer a leitura e deliberação. Presidente Carlos Henrique: Então a gente pode já marcar essa reunião para o dia 28 (quarta-feira), pode ser? Coordenadora Fabiane: Pode ser. Presidente Carlos Henrique: Extraordinária dia 28, tendo essa pauta única nesse dia.

5) 4. RELATO DA REUNIÃO TRIMESTRAL DO CNAS (CONSELHEIRA ÂNGELA PINHEIRO

- O nosso ponto de pauta será o relato da reunião CNAS que ocorreu ontem só que a nossa conselheira Ângela pediu para sair porque teve que fazer um atendimento e outros informes. **6) 5. OUTROS INFORMES: BREVE RELATO DA ATUAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA; E-MAIL DO CMAS DE PIMENTA BUENO SOLICITANDO A CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS; OFÍCIO 141 SEMTAS GUAJARÁ MIRIM SOLICITANDO ORIENTAÇÃO E, FONACEAS** eu já informo que não houve a possibilidade de Rondônia participar porque eu estava em teleconferência com o promotor de justiça e a vice presidente também estava em trabalho, a mesa diretora desse dia do FONACEAS estava com a agenda lotada e a gente não conseguiu participar, mas a nossa conselheira ontem participou da reunião trimestral do CNAS e a gente pode colocar na próxima reunião esse relato após a deliberação do relatório final, Secretária Marines Maciel: Só para que fique registrado, é sempre bom pontuar o que a gente está fazendo no dia a dia na Secretaria Executiva do CEAS, o atendimento aos conselhos municipais de assistência social, um dos nossos principais foco, a questão do assessoramento, diariamente recebo demandas de até 3 conselhos municipais, eles entram em contato para tirar dúvidas sobre funcionamento e estrutura de conselhos, sobre a questão do CNEAS, sobre o acesso ao SAA, questão da senha dos administradores dos conselhos, o

que é super importante para que eles possam lançar as deliberações dos conselhos, e também quero informar com referência ao fórum, que além do edital foram criadas duas subcomissões: uma de habilitação e outra de recurso, essas resoluções já foram publicadas no diário oficial, nós inclusive estaremos adicionando os membros ao grupo da comissão eleitoral, nesse momento o edital já está com o calendário atualizado, e já foi para a publicação no diário oficial e creio que agora é só tocar o que está no calendário para que a gente realize o fórum estadual de assistência social na data estabelecida. Presidente Carlos Henrique: Eu gostaria que você falasse também sobre os ofícios encaminhados ao CEAS. Secretária Marínes: A princípio nós tivemos duas demandas (e-mail do CMAS de Pimenta Bueno solicitando capacitação para Conselheiros e Ofício 141 SEMTAS Guajará Mirim solicitando orientação). Outra coisa com referência aos conselhos municipais que deixei de pontuar é que a gente está sempre reencaminhando as instrumentalizações tanto do conselho nacional quanto dos ministérios, portarias, deliberações, decretos, etc.. sempre compartilhando com eles, apesar deles também terem esse acesso na internet, a gente faz esse trabalho de encaminhamento dessas documentações. Com referência ao e-mail recebido é sobre justamente essas dificuldades, o conselho municipal de Pimenta Bueno solicita o apoio técnico do CEAS para capacitar os conselheiros pois eles estão com bastante dúvidas com referência a estrutura e funcionamento do conselho e eles sugerem uma reunião online, não sei se colocaria logo para deliberar o agendamento dessa reunião ou se discute e define isso para a próxima reunião. Presidente Carlos Henrique: Eu acredito que a gente possa marcar para o dia 27 (terça-feira) pela parte da manhã, às 09:00 horas para tratar essa demanda deles. Secretária Marínes: Já vou providenciar então um ofício em resposta a eles. No que se refere ao outro ponto de pauta dos informes, trata-se de ofício recebido do fundo municipal do trabalho e assistência social de Guajará-Mirim, na verdade eles nos solicitam uma orientação sobre um ofício que eles receberam referente a uma demanda de um vereador, solicitando algumas informações de famílias cadastradas, só que a dúvida deles é se respondem ou não uma vez que estamos em período eleitoral. Presidente Carlos Henrique: No caso foi a secretaria, não foi CMAS? Secretária Marínes: Foi a própria secretaria que solicitou. Presidente Carlos Henrique: Lá eles não tem um setor jurídico? Secretária Marínes: Na verdade trata-se de ofício oriundo do fundo municipal do trabalho e assistência social, setor da própria secretaria, que encaminhou para o conselho estadual de assistência social. Presidente Carlos Henrique então perguntou se eles nem chegaram a encaminhar para o conselho municipal de Assistência Social? Secretária Marínes: Não está dizendo nada, não posso afirmar se encaminharam ou não encaminharam, ocorre que o CEAS funciona como segunda instância, cabe a eles questionar ou tirar dúvidas sobre essas questões e a preocupação deles é legítima porque é um vereador solicitando informações em tempo de eleição, aí teria que analisar e ver até que ponto é lícito ou não. Presidente Carlos Henrique: Eu acho que nesse ponto caberia uma assessoria técnica conjunta do CEAS e a SEAS para melhor fundamentar essa resposta para encaminhar para eles e até servir como nota técnica para os demais municípios que possam estar vivendo essa realidade e ainda não chegou até o conselho ou a secretaria, então acho que podemos fazer como encaminhamento a construção de uma nota técnica frente a essa demanda. Coordenadora Fabiane: A gente até tem recebido algumas situações nesse sentido, a orientação que a gente sempre coloca é assim, a câmara é fiscal do executivo então eles tem direito de pedir informações só que o que a gente tem orientado principalmente com a concessão dos benefícios eventuais é que eles podem pedir informação, o município pode passar de forma genérica, aqueles dados mais crus, mas dados aprofundados

como nome do beneficiário, endereço... que não passem a não ser que haja uma denúncia formal de irregularidade e que abra uma comissão de apuração porque a gente tem que identificar quem é a pessoa, se ela realmente foi coagida, ou se cometeu alguma vedação eleitoral, mas pedir simplesmente nome e endereço porque acha que houve uma irregularidade, a gente tem orientado para que não faça. Parâmetro legal para dizer não faz, a gente não tem embasamento jurídico, a gente está meio que na orientação, mas a gente pode fazer enquanto conselho uma resolução para estar orientando. Presidente Carlos Henrique: Então a gente faz uma construção de uma orientação, uma nota técnica orientativa, nós temos a OAB e também a gente vem com a Fabiane para referendar essa nota técnica orientativa e encaminhar para os municípios. Antes de terminar nossa reunião, eu queria só colocar para vocês a resolução número 16 *ad referendum* da mesa diretora do CEAS/RO, acho que até já foi publicada. Secretária Marines: Não foi ainda Presidente, porque além de envolver recursos, ficamos um período sem acesso ao SEI, mas agora já está normalizado, e como iria haver essa reunião foi melhor apresentar ao colegiado pois o regimento pede que o conselho delibere. Presidente Carlos Henrique: A mesa diretora se reuniu para deliberar sobre essa questão da conferência que devido a pandemia foi tudo adiado para 2021, ou então até encontrar uma vacina, então a gente se reuniu no dia 19 de agosto e fizemos algumas considerações sobre esse recurso destinado para a conferência estadual (FEZ LEITURA DA RESOLUÇÃO nº 16). Estamos trazendo aqui para o colegiado para aprovação e em seguida para a publicação, então eu gostaria de saber se algum conselheiro tem alguma observação ou alguma objeção sobre essa resolução, pergunto até aos técnicos da SEAS se tiverem alguma observação ou acréscimo que podem contribuir. Coordenadora Fabiane: Está ótimo, a gente até está preparando um plano de aplicação para esse recurso que vai ser remanejado para o enfrentamento da pandemia nos municípios, a gente deve estar encaminhando para vocês na próxima semana para vocês já analisarem, porque como a gente está fazendo o remanejamento de várias fontes de recurso. Foi criada dentro do FEAS uma ação orçamentária de enfrentamento ao Covid, então a gente está refazendo novos remanejamentos, a gente vai estar encaminhando para vocês esse plano de aplicação de tudo que a gente está refazendo. Presidente Carlos Henrique: Obrigado então, para aprovação, pergunto se algum conselheiro tem alguma objeção... Resolução aprovada. Secretária Marines: Vou encaminhar para a sua assinatura e logo para a publicação. Presidente Carlos Henrique: Conselheiros então eu quero encerrar a reunião, quero agradecer imensamente a presença de todos. Secretária Marines: Presidente, só para avisar que aqueles que tiverem pretensão em concorrer a uma vaga no conselho que a partir de segunda-feira o edital já vai estar disponibilizado, para os interessados já correr atrás da documentação. A comissão vai seguir o calendário a risca. Presidente Carlos Henrique: Peço até para que se não for participar publicize, que comunique outras entidades que queiram participar, que é muito importante. Então, agradeço a presença de todos e, gostaria de homenagear nossa secretária executiva que fez aniversário essa semana, dizer em nome do CEAS que você é uma pessoa muito querida, uma técnica de excelência e que nós te desejamos toda felicidade do mundo, muitos anos de vida, paz, fortuna, paciência, saúde, e dizer aos conselheiros mais uma vez obrigado pela presença, desculpa a demora de quinze minutos, mas é que a gente precisava da participação de todos e também desculpa pela pauta extensa, mas devido a não termos feito reunião no mês passado, precisou trazer todas essas demandas para poder justamente atender aquilo que está sendo posto pelo conselho e pela sociedade, então nada mais tendo, agradeço a presença de todos e até dia 08

em nossa próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, da qual eu, Eu, Ângela Maria Gomes Pinheiro, Secretária Geral do CEAS, lavrei a presente ata segue assinada pelo Presidente do Colegiado Conselheiro Carlos Henrique Gomes e pelos demais Conselheiros presentes na reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Ângela Maria Gomes Pinheiro, Usuário Externo**, em 22/12/2020, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR RODRIGUES UGALDE, Assessor(a)**, em 22/12/2020, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 22/12/2020, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Elani da Rocha Lopes, Usuário Externo**, em 22/12/2020, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Karla da Silva Feitoza Santos, Usuário Externo**, em 22/12/2020, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Gomes Sousa, Usuário Externo**, em 22/12/2020, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Belzira Shockness Simôa, Usuário Externo**, em 22/12/2020, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Almeida Queiroz, Usuário Externo**, em 23/12/2020, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina da Silva Pimentel Ishigami, Analista**, em 23/12/2020, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS DA SILVA EILIAS, Usuário Externo**, em 29/12/2020, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Marines Maciel Paixao Silva, Secretário(a) Executivo(a)**, em 29/12/2020, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0014360109** e o código CRC **CA0035E7**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0026.109332/2020-12

SEI nº 0014360109